

# A heráldica e os arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória

*Miguel Metelo de Seixas*

A heráldica costuma formar parte integrante dos arquivos de família. E constitui também, em geral, parte esquecida deles. Talvez por se tratar de um tipo de presença difícil de classificar, a cavallo entre as dimensões documental, patrimonial, artística; ou então porque arquivistas e historiadores se deixarem amiúde intimidar pelos aspectos técnicos e rebarbativos da *ciência da armaria*, bem como pelas suas conotações genealógicas e nobiliárquicas, acabando por repelir a heráldica como mero aspecto complementar, quando não despiciendo, dos seus objectos de estudo. Como se fosse uma curiosidade garrida, vistosa, mas, ao fim e ao cabo, desprovida de interesse maior e de contributo significativo para a caracterização do arquivo ou para a escrita da história realizável a partir dele.

Em parte, as razões de ser deste preconceito nascem da imagem do saber heráldico tal como foi construída até há pouco tempo atrás pelo conjunto de especialistas nesta matéria, os heraldistas. E que alguns deles perpetuam ainda nos dias de hoje. Essa imagem é a de um saber de natureza abstracta e normativa, baseado num léxico e numa gramática próprios, dirigido para intuitos classificativos, identificativos e de ordem simbólica. Tal entendimento radica na visão que os tratadistas foram

erguendo desde o final da Idade Média e ao longo do Antigo Regime<sup>1</sup>; visão que, no século XIX, acabou por transitar, à sua maneira, para a classificação e o uso da heráldica enquanto *ciência auxiliar* da história. É certo que, a partir de meados do século XX, se operou uma profunda renovação epistemológica, condensada na obra de Michel Pastoureau e por ela difundida, em resultado da qual a heráldica passou a ser encarada como um ramo do saber historiográfico<sup>2</sup>. Contudo, mesmo depois de ultrapassadas assim as limitações da heráldica considerada enquanto saber normativo, manteve-se uma acentuada propensão para estudar as armas como se elas tivessem apenas ou sobretudo uma natureza abstracta, condensada no respectivo brasão: ao heraldista cabia pois, na melhor das hipóteses, entender a génese e o significado dos emblemas na sua constituição e variações e integrá-los no seu enquadramento histórico. Nesse contexto, as manifestações plásticas dos emblemas serviam principalmente para exemplificar, caracterizar e datar as armas consideradas nesta sua existência abstracta.

Ora, como indicou Faustino Menéndez Pidal, tal entendimento do emblema heráldico enquanto entidade de natureza abstracta corresponde ele próprio a uma criação histórica, devendo ser compreendido como uma construção cultural destinada a determinados fins de afirmação social e política, inserida nos quadros mentais das sociedades que a geraram, acolheram ou perpetuaram<sup>3</sup>. Mas, antes de corresponderem a qualquer tipo de abstracção, as armas preenchem sempre (e desde sempre) uma função primordial como emblemas visuais de identificação e, por conseguinte, funcionam como fenómeno comunicacional. As armas têm, assim, os seus emissores, os seus receptores, as suas formas, os seus materiais, as suas localizações, os seus significados tendencialmente variáveis, sobreponíveis, intercambiáveis. Essa é a sua essência. E como tal devem ser estudadas.

Daí deriva a indispensabilidade da renovação epistemológica do saber heráldico, para além do seu enquadramento no campo da historiografia e dos respectivos métodos críticos, passar também, necessariamente, pelo questionamento heurístico. As manifestações plásticas das armas não constituem somente instrumentos para comprovar, datar ou matizar o ordenamento abstracto dos brasões: elas formam, em si próprias, o objecto de estudo da heráldica.

Essa perspectiva poderá abrir um caminho porventura frutuoso para o entendimento das manifestações heráldicas existentes nos arquivos de família, na medida em que permitirá abandonar a sua tradicional abordagem como simples elementos

<sup>1</sup> BOUDREAU, Claire – *L'Héritage symbolique des héralts d'armes. Dictionnaire encyclopédique de l'enseignement du blason ancien (XIV<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Le Léopard d'Or, 2006.

<sup>2</sup> PASTOUREAU, Michel – *Traité d'Héraldique*. Paris: Bordas, 1993.

<sup>3</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993.

fornecedores de indicações válidas apenas para a caracterização abstracta das armas, propondo ao invés uma visão integrada. Deste modo, as manifestações heráldicas passam a ser entendidas como instrumento concreto de construção da identidade e da memória dos detentores dos arquivos e, por conseguinte, como parte integrante da orgânica dos mesmos.

Por via da análise circunstanciada e comparada das suas manifestações plásticas, torna-se assim possível estudar a operacionalidade da heráldica enquanto instrumento de criação, manutenção e gestão da identidade e da memória familiar. É sob esse ponto de vista que o presente texto propõe uma reflexão genérica, que procurará abranger duas realidades: em primeiro lugar, a relação entre heráldica e memória da família; em segundo, uma tipologia da presença da heráldica nos arquivos de família e por fim algumas indicações sobre o potencial interesse e formas possíveis para o seu estudo.

## 1. Heráldica e memória da família

A problemática do surgimento da heráldica tem sido alvo de atenção assídua por parte dos heraldistas, tendo gozado de alguma renovação sobretudo desde o colóquio que a Académie Internationale d'Héraldique dedicou especificamente a tal tema em 1983<sup>4</sup>. Segundo se depreende dos ensaios bibliográficos de Michel Pastoureau, evidenciam-se quatro tipologias básicas para as origens medievais da heráldica: como emblemas individuais; como emblemas de família; como emblemas territoriais ou feudais; ou como resultado da fusão, num único sistema, de diferentes hábitos emblemáticos pré-existentes, tese de que o autor se revela apologista.

Para a Península Ibérica, a abordagem inicial do problema das origens da heráldica deve-se a Faustino Menéndez Pidal<sup>5</sup>, que abriu caminho para toda uma senda de estudos sobre o tema, depois retomado e ampliado<sup>6</sup>, conforme se pode ver no estado

<sup>4</sup> Vejam-se os sucessivos estados da questão redigidos por PASTOUREAU, Michel – *L'origine des armoiries: un problème en voie de solution?* In *Genealogica & Heraldica: report of the 14th International congress of genealogical and heraldic sciences in Copenhagen, 25-29. August 1980*. Copenhagen: Académie Internationale d'Héraldique / G. E. C. Gad, 1982, pp. 241-254.; PASTOUREAU, Michel – *Origine, apparition et diffusion des armoiries: essai de bibliographie*. In *Les origines des armoiries*. Paris: Le Léopard d'or, 1983, pp. 97-104.; e por fim PASTOUREAU, Michel – *Traité d'Héraldique...*, *cit.*, pp. 298-310.

<sup>5</sup> MENÉNDEZ PIDAL, Faustino – *Los comienzos de la heráldica en España*. In, BRIÈRE, Pierre (Dir.) – *Mélanges offerts à Szabolcs de Vajay*. Braga: Livraria Cruz, 1971, pp. 415-424.

<sup>6</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Le début des emblèmes héraldiques en Espagne. Armas e Troféus*. V série, tomos III e IV (1982-1983) pp. 7-48.

da questão traçado por Eduardo Pardo de Guevara<sup>7</sup>. Infelizmente, porém, o estudo de Menéndez Pidal não abarca o caso português.

As razões dessa exclusão, para além das que derivam de opções historiográficas de teor nacionalista, prendem-se porventura com a ausência de um levantamento sistemático das fontes da heráldica medieval portuguesa, quer no que toca às sigilográficas, quer às monumentais e documentais. Sem tal levantamento, afigura-se difícil traçar um panorama da heráldica portuguesa nos seus primeiros três séculos.

Não obstante essa limitação, devem salientar-se os esforços envidados desde meados do século XX para a formulação de novos pontos de vista acerca dessa temática, partindo do artigo inovador em que António Machado de Faria lançou um amplo repertório de questões para debate<sup>8</sup>. Embora não tivessem eco imediato, as hipóteses e desafios deste autor acabaram por germinar numa série de estudos que desde então tratam de analisar casos específicos, a partir dos quais se situam em relação às teses de Machado de Faria. Não seria decerto apropriado realizar nestas páginas um estado da questão de tais estudos, mas pode salientar-se que eles se afiguram numerosos, contando nomeadamente com os contributos de Armando de Mattos, Marquês de São Payo, Francisco de Simas Alves de Azevedo, Marquês de Abrantes, Manuel Artur Norton, Sérgio Sodrê de Castro, José Guilherme Calvão Borges, Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles, João Paulo de Abreu e Lima, António Castro Henriques e Tiago de Sousa Mendes<sup>9</sup>. Destes autores, o marquês de Abrantes, Calvão Borges e Manuel Artur Norton foram os únicos a propor visões de conjunto, naturalmente limitadas pela falta do sobredito levantamento. Na verdade, quer esta falha, quer a profusão e dispersão destes estudos tornam desejável a publicação de um ensaio bibliográfico e a criação de um inventário em linha, ambas em fase de preparação. As ideias que se seguem devem pois ser entendidas como hipóteses de trabalho, sujeitas a alterações decorrentes dos dados aduzidos pela pesquisa em curso.

Com base quer nas fundamentadas tipologias e análises de Faustino Menéndez Pidal, quer nos estudos pontuais existentes para a realidade portuguesa, não será ousado afirmar que o surgimento da heráldica no século XII e a sua difusão e transformação nos séculos XIII e XIV acompanharam as alterações da sociedade medieval, em particular no que se prendia com dois aspectos: a crescente necessidade de identificação individualizada (devido ao aumento brutal dos contactos inter-comunitários

<sup>7</sup> PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo – El Estudio de las Armerías en España. Comentarios y bibliografía. *Armas e Troféus*. IX série (2000/2001) pp. 263-314.

<sup>8</sup> CABRAL, António Machado de Faria de Pina – *Origens da Heráldica Medieval Portuguesa*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1944.

<sup>9</sup> Veja-se um estado da questão incipiente, com referências à série de autores citados *supra*, em SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Em redor das armas dos Ataídes: a problemática da família heráldica das bandas. *Armas e Troféus*. IX série (2008) pp. 53-96.

e ao gradual abandono da autarcia) e a modificação das estruturas de parentesco<sup>10</sup>. Assim, o carácter hereditário das armas, num primeiro momento trazidas sem diferença significativa por todos os membros que clamavam pertencer a determinada estirpe, reflectia a importância da inserção do indivíduo no seio de uma rede familiar horizontal (cognática). À medida que o modelo cognático foi sendo abandonado em favor da linhagem vertical, agnática, as armas tenderam a diferenciar-se, formando signos identificativos dessas linhagens (porventura próximos e derivados dos sinais proto-heráldicos das estirpes anteriormente existentes) ou até mesmo de indivíduos e ramos delas<sup>11</sup>. Mas tal fenómeno de modificação da estrutura básica da linhagem e da correspondente alteração estrutural da heráldica de família não só revelou um carácter fortemente diferido quando comparado com outras áreas europeias, como, na verdade, nunca se afigurou completo, acabado, para o caso português. Será limitativo, para não dizer errado, falar de atraso: trata-se antes de uma peculiaridade do Ocidente peninsular, em que a perpetuação do uso de armas semelhantes espelha uma realidade diferente da que se implantou na área “clássica”, como a denomina Faustino Menéndez Pidal, ou seja, o núcleo anglo-franco-germânico, com as suas extensões do Norte de Itália e Oriente da Península Ibérica.

Quando se verificaram as circunstâncias históricas da transição da Idade Média para a Moderna, em particular as que envolveram a centralização do poder régio e a redefinição da função e da auto-representação da nobreza, o antigo sistema heráldico, com a natureza assumida e igualitária das armas ostentadas por todos quantos se reviam em determinada linhagem, não foi abandonado: antes passou a coexistir com outro sistema, em que as armas começaram a ser diferenciadas e submetidas à autoridade da Coroa<sup>12</sup>.

Deste modo, ao longo dos séculos XIII e XIV, começou a desenhar-se em Portugal a ligação entre determinada insígnia e o respectivo apelido, ambos entendidos como forma de representação das linhagens então em fase de afirmação, segundo o modelo agnático. Na construção da identidade linhagística, tendeu pois a fixar-se uma relação entre a consciência da perpetuação genealógica vertical de uma família e os dois principais elementos abstractos que permitiam a sua identificação: a onomástica e a heráldica. A chave para o sucesso dessa relação passava pelo seu carácter estável, permanente. Só assim os diversos membros da família podiam rever-se em tal perenidade genealógica: o uso do apelido e das armas, ambos continuamente

<sup>10</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Le début des emblèmes... cit.*, pp. 7-48.

<sup>11</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Em redor das armas dos Ataíde, *cit.*

<sup>12</sup> Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – «E tragam as armas dos Costas em todos os lugares, e peças». O património armoriado de D. Álvaro da Costa e de sua descendência: uma estratégia de comunicação? In, *Dom Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII. Poder, arte e devoção*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro de História de Além-Mar (no prelo).

mantidos ao longo de gerações e associados um ao outro, constituía sinal de pertença à linhagem. Mais ainda, era entendido como penhor dessa mesma pertença.

Ao contrário porém do que acontecia com o nome, que se inseria no sistema semântico da linguagem e teria, em tempos de analfabetismo predominante, uma aplicação primordialmente fonética, as armas, também pela sua natureza, impuseram-se como cultura visual. O que significa que, antes de constituírem qualquer tipo de registo escrito (como mais tarde aconteceu), elas foram aplicadas e transmitidas por via das suas manifestações plásticas. O entendimento da heráldica como cultura visual revela-se, portanto, como um passo essencial para compreender a natureza e as funções dos sinais que formam o seu léxico.

Por esta sua natureza de sistema visual de identificação das linhagens, a heráldica estabeleceu desde logo uma relação preferencial, quando não intrínseca, com determinados registos materiais. Naturalmente, ela tendeu a carregar os objectos que desempenhavam uma função identificativa do indivíduo ou da linhagem, como os selos, as bandeiras, o equipamento bélico ou de torneio. Alguns desses objectos, como o anel sigilar, podiam ser transmitidos de geração em geração e, assim, condensar as duas identificações: tanto serviam de demonstração de identidade individual como de evidência de perpetuação da família. Além da sua presença em objectos, as insígnias heráldicas foram apostas em determinados lugares, que poderão ser caracterizados como *lugares de memória*, isto é, dotados de carga simbólica como referência para a construção da memória de cada linhagem. Tais lugares podiam estar relacionados, de formas variáveis, com o exercício ou a invocação do poder militar ou jurídico-administrativo, ou com a posse efectiva de um conjunto de bens dotados de relevância efectiva e simbólica.

Sobressaíam os casos de presença das insígnias heráldicas no património de natureza vincular, quer nas pedras de armas identificativas da edificação entendida como cabeça ou sede do morgado, quer nos marcos que serviam para definição visual das suas delimitações territoriais<sup>13</sup>. Não menos importante era a apropriação de alguns espaços de natureza sagrada, por via do sepultamento geralmente em capela própria: primeiro, por presença heráldica em monumentos funerários, fossem lajes ou sarcófagos; depois, em acumulação com as modalidades anteriores, por inserção das insígnias na própria estrutura do templo, quer em lápide evocativa encastrada, quer em pedra de armas colocada no arco de entrada da capela ou no fecho da sua abóbada. Tais expedientes de profusão heráldica nas igrejas foram-se difundindo de forma notória, até se tornarem num estratagema comum de afirmação linhagística

<sup>13</sup> Cfr. ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

e levarem ao que Laurent Hablot designa como uma progressiva heraldização do espaço sagrado<sup>14</sup>.

Note-se que a formação e definição dos emblemas heráldicos se verificou em associação às famílias mas também às instituições que por via deles não apenas vinham a sua identidade como demonstravam visualmente a sua permanência e estabilidade. Ou a sua almejada perenidade. Nesse sentido, a heráldica era entendida e utilizada como instrumento de perpetuação das famílias e das instituições, e bem assim como instrumento de construção desse esforço e entendimento de continuidade. A própria noção abstracta das armas reforçava e actuava como agente de construção e de solidificação da existência histórica das entidades que elas representavam. Por vezes, o ónus da prova chegava a inverter-se: as armas passavam a constituir e a ser invocadas como demonstração (porventura a única) da antiguidade, legitimidade e continuidade de uma estirpe ou de uma instituição.

O código visual heráldico funcionava em conjugação com outras formas de identificação pessoal, familiar ou institucional. Na Península Ibérica, a heráldica parece ter surgido, como tal, antes do nome de família fixo, ou seja, do sobrenome ou apelido. As armas recorriam a um código abstracto, de natureza visual, com dois níveis de abstracção (tal como acontecia com o nome)<sup>15</sup>: primeiro, o escudo foi entendido como campo abstracto das armas, que podiam portanto ser figuradas numa representação do escudo e não somente no próprio escudo/objecto; depois, foi definido um ordenamento heráldico, composto mediante um vocabulário, uma sintaxe e uma gramática específicas, que vieram a constituir o brasão.

A construção da noção das famílias enquanto linhagens pressupunha a sua continuidade ao longo do tempo e a conservação de uma memória própria: as armas condensavam, exprimiam, representavam e provavam, precisamente, estes dois conceitos. Neste sentido, a partir do século XIV, começaram a ser atribuídos às armas – e às figuras heráldicas em geral – significados de natureza simbólica. Deve ter-se em conta, ao avaliar tal fenómeno e ao tentar interpretar o significado de certas armas, que pode haver a sobreposição de diversas estruturas significadas num mesmo significante: a heráldica, justamente porque passou a ter como principal objectivo traduzir a perpetuação de uma determinada estrutura social (outro objectivo, não menos importante, era o de identificá-la), funcionava por sobreposição, ou melhor, por aglutinação.

Assim, pelo seu carácter fixo, hereditário e universalmente reconhecível, ainda que não forçosamente identificável de imediato, as armas tornaram-se na forma por

<sup>14</sup> HABLOT, Laurent – L'héraldisation du sacré aux XII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles. Une mise en scène de la religiosité chevaleresque? In AURELL, M. (dir.), *Chevalerie et christianisme. aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011, pp. 211-233.

<sup>15</sup> MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos...*, cit.

excelência de manutenção da memória da linhagem. Será interessante, nesse sentido, estabelecer uma comparação com a escrita: ambas funcionavam como código visual cujos signos não possuíam leitura óbvia, mas faziam sentido quando se conhecia a respectiva sintaxe e gramática: o signo heráldico definia-se não apenas por si, isto é, pelo seu conteúdo específico, mas também em relação com o conjunto dos demais signos heráldicos. É por isso que as leituras puramente simbólicas raramente resultam: um escudo com um leão não vale apenas (e poderá não valer mesmo) pelos aspectos simbólicos associados a esse animal (como nobreza, força, coragem, realeza, etc.) mas sobretudo pela forma como se insere e relaciona com os outros emblemas em circulação no passado e na mesma época, quer os que ostentam figuras semelhantes, quer os que carregam figuras diferentes ou mesmo oponíveis. E se tal inter-relação se verificava no que toca às componentes internas do escudo de armas – esmaltes, partições, figuras – não obstante a sua função primordialmente identificativa, mais ainda valeria para o conjunto dos elementos exteriores, cuja função era essencialmente a de transmitir ao observador uma caracterização hierárquica do detentor das armas, recorrendo a diversas escalas de recursos codificados (elmos, coroas, insígnias de dignidade, ordens religiosas ou honoríficas, etc.)<sup>16</sup>.

Por este conjunto de características, a heráldica encontrou-se ligada de forma intrínseca e contínua à construção da memória das famílias. Nutriu por isso, também, uma relação especial com os arquivos que, a seu modo, constituíram outro instrumento de definição e manutenção da identidade linhagística.

## **2. Presença da heráldica nos arquivos de família; potencial interesse do seu estudo**

Tanto os emblemas heráldicos como os arquivos serviram pois, cada qual a seu modo, como instrumentos de construção, renovação, confirmação e manutenção da identidade e da memória pessoal e familiar. No caso da heráldica, é importante compreender que tal contributo extravasava largamente uma dimensão abstracta e porventura simbólica das armas, pois para além dessa natureza, os emblemas heráldicos dependiam de manifestações concretas, de natureza plástica. Era por via dessas manifestações que a heráldica actuava efectivamente como código visual com impacto na sociedade. Mais do que meros agentes de activação de emblemas abstrac-

---

<sup>16</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de – Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal. In *Pequena Nobreza e Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de História de Além-Mar, no prelo.

tos, as manifestações concretas das armas são pois o cerne do fenómeno heráldico, que é na sua essência um processo comunicacional.

Parece portanto natural que os emblemas heráldicos tenham desde cedo vindo carregar – para usar uma expressão da armaria – o património considerado como fundamental pela própria família e com o qual esta pretendia vincar uma relação de posse ou de ostentação, que passava preferencialmente pela exibição de sinais de identificação e reconhecimento. A aposição de emblemas heráldicos num bem imóvel ou num objecto prestigioso vinha, de certo modo, alterar a natureza destes, na medida em que, para além da sua utilidade e morfologia, tais bens passavam a incorporar um elemento identitário da família. Até ser eventualmente removido, tal elemento passava a *fazer parte* do bem, o que implicava que este adquiria, por sua vez, por via da presença das armas, o carácter de sinal identitário da linhagem.

Daí a importância da presença da pedra de armas no edifício considerado como solar de uma família: não como simples ornamentação ou ostentação (embora estes efeitos pudessem ser também desejados e alcançados), mas sim com um certo carácter de epifania. Mais do que para identificar, a pedra de armas servia para transformar a construção em sede simbólica da linhagem. O edifício, quaisquer que fossem as suas dimensões, a sua história, o seu enquadramento, ficava assim nobilitado e tornava-se lugar de memória. Por isso o hábito, tão arreigado em Portugal, de retirar a pedra de armas de uma casa quando esta saía da posse da família; e, bem assim, de voltar a colocá-la naquela que serviria de novo centro material da linhagem. Daí também o costume de assinalar um período de luto tapando a pedra de armas com um pano preto, como ainda hoje se vê fazer: manifestação mais eficaz que qualquer iniciativa individual, na medida em que assinala que o emblema e o edifício, representando o conceito e o conjunto da família, presente e passada, comungam da perda e exprimem-na aos olhos de todos.

Deste modo, o património armoriado tende, por natureza, ou poderá dizer-se por vocação, a constituir-se em *objecto de memória*. E, nessa medida, tal património estabelecerá uma relação intrínseca com o arquivo de família, *lugar de memória* por excelência. Sem pretender apresentar uma listagem exaustiva do património armoriado que pode estar presente nos arquivos de família, propõem-se de seguida algumas tipologias à partida consideradas significativas:

– Bens de essência heráldica:

- Documentos relativos à concessão ou confirmação de armas, nomeadamente cartas de brasão de armas;
- Armoriais, tratados de armaria ou outro tipo de obras manuscritas ou impressas referentes a matéria heráldica;

- Matrizes sigilares, incluindo anéis;
  - Anéis armoriados não-sigilares;
  - Selos, colocados em documentos por eles autenticados ou reunidos em colecções;
  - Objectos de natureza variada (pintura, escultura, tecido bordado ou estampado, etc.) e que constituem, em exclusivo, representações de armas.
- Bens de essência genealógico-nobiliárquica:
    - Resenhas e árvores genealógicas ilustradas com armas ou contendo descrições heráldicas das famílias abrangidas;
    - Nobiliários e tratados nobiliárquicos com ilustrações ou descrições de armas, ou ainda com capítulos dedicados a matéria de armaria.
- Bens de essência utilitária ou decorativa, dotados de representações heráldicas:
    - Retratos;
    - Serviços e peças de porcelana, faiança ou vidro;
    - Prataria e ourivesaria;
    - Mobiliário;
    - Tecidos de aparato ou de uso diário;
    - Peças de vestuário;
    - Armamento;
    - Livros com ex-líbris ou super-libros;
    - Papel timbrado.

Desta listagem, não obstante o seu carácter assistemático, infere-se a possível diversidade e riqueza da presença heráldica nos arquivos de família. Saliente-se ainda que as categorias apontadas são cumulativas e não excludentes, isto é, por exemplo, uma carta de armas é essencialmente um bem de natureza heráldica, mas pode ser igualmente usada como objecto decorativo ou como objecto utilitário num processo de obtenção de reconhecimento de direito heráldico. Notar-se-á também que a heráldica presente nos arquivos diz respeito em primeiro lugar, naturalmente, às armas próprias da linhagem; mas podem existir documentos e objectos marcados com insígnias alheias, por se tratar de indivíduos, famílias ou instituições com as quais se manteve correspondência; ou ainda, nos casos dos bens de essência heráldica ou genealógico-nobiliárquica, por poderem constituir compilações de armas ou textos de armaria, ambos portanto de aplicação mais vasta ou mesmo genérica.

De uma forma geral, os bens armoriados são valorizados na medida em que, pela presença dos emblemas heráldicos, tal património ganha foros de representação da estrutura familiar. A sua permanência nas mãos das gerações sucessivas funciona, portanto, como penhor da continuidade e permanência da família. Por conseguinte, esse género de património tende a adquirir, para a linhagem, um valor sentimental que pode chegar a ser muito elevado; o que significa também que a sua posse, conservação e transmissão são objecto de atenção particular, daí derivando a associação costumeira ao arquivo de família. Acresce que, em certos casos, a posse de alguns destes bens se encontra administrativa ou simbolicamente ligada ao exercício ou à reivindicação da chefia da linhagem: caso evidente dos instrumentos de definição do património vinculado, mas também das cartas de armas ou de certos objectos, como anéis ou matrizes sigilares.

A ligação deste género de património armoriado aos arquivos de família prende-se pois não apenas com o seu carácter comum de manifestação e repositório da identidade linhagística, mas também com a necessidade de assegurar a sua transmissão e conservação de maneira segura e, na maior parte das vezes, concentrada nas mãos de um único herdeiro. Deste modo, sendo certo que a chefia de uma linhagem não se comunica por via da posse do arquivo ou dos bens armoriados, não é menos verdade que esta funciona como instrumento de comprovação ou mesmo de legitimação da referida primazia. Quando, a partir do século XIX, a chefia da linhagem deixou de estar relacionada com a detenção de património vinculado ou de cargos e benesses de valor efectivo, a transmissão quer dos arquivos de família, quer dos bens armoriados, sofreu uma tendência acentuada para a dispersão. Contudo, mesmo após a extinção das formas de vinculação próprias do Antigo Regime, muitas famílias mantiveram o carácter unívoco da transmissão dos bens que, aos seus olhos, continuavam a dever conservar-se nas mãos do chefe da linhagem. O que significa que os mecanismos legais para a concentração do património simbólico, típicos da organização social pré-liberal, foram amiúde continuados, de forma consuetudinária, até aos nossos dias. Naturalmente, esta situação nem sempre se verificou, uma vez que o enquadramento legal tinha passado a ser-lhe desfavorável. Por vezes, a natureza dos bens heráldicos permitia, sem problemas de maior, a sua repartição por vários ramos, casos evidentes dos serviços de louça ou dos retratos armoriados, ou ainda das resenhas ou compilações genealógicas, como das bibliotecas de forma geral; mas essa não foi certamente a situação dos bens mais identificados com a chefia da linhagem, nomeadamente as cartas de armas, as matrizes ou anéis sigilares, ou outros objectos simbólicos.

Merece especial atenção o tópico dos bens de essência heráldica. Alguns têm interesse singular para a história da linhagem que os detinha, como no caso dos

documentos de concessão ou alteração de armas, ou das matrizes sigilares. Nestas ocorrências, é importante analisar as formas como a heráldica intervém na elaboração do discurso sobre a própria linhagem, para tentar perceber que construções simbólicas se elaboram e como é que a interpretação dos elementos heráldicos se articula com as narrativas familiares, genealógicas, míticas ou históricas. Outros bens armoriados conservados nos arquivos de família beneficiam de um alcance mais vasto, na medida em que fornecem dados referentes não apenas à linhagem que os detém, mas a um conjunto mais alargado de estirpes, que pode até tentar abranger, com os armoriais ditos universais, a totalidade da heráldica da nobreza de Portugal. Mas, para além das informações mais ou menos originais e inéditas que possam constar de tal documentação, importa considerá-la como possível objecto de estudo como conjunto, independentemente, por assim dizer, do seu teor específico.

Na verdade, desde o final da Idade Média que a matéria heráldica fazia parte integrante e indispensável da cultura nobiliárquica. Por isso, as obras de natureza heráldica, sobretudo armoriais e tratados de armaria, tornaram-se em objectos que era imprescindível deter a partir do momento que se alcançava (e queria manter) certa posição social. Assim, a posse e a exibição de tais livros passou a ser encarada, como assinala Michel Pastoureau, como um elemento de definição cultural do estatuto de nobreza<sup>17</sup>. Deste modo, a matéria heráldica fazia parte integrante da educação nobiliárquica, dir-se-ia de qualquer grau, naturalmente com variações de vastidão e de profundidade. O saber heráldico representava um dos alicerces da cultura da nobreza, do mesmo modo que as manifestações plásticas das armas constituíam um dos seus principais instrumentos de afirmação visual. Importa, por isso, perceber qual a parte (estatística e simbólica) ocupada por este saber nas bibliotecas e nos arquivos das famílias nobres.

Assim caracterizada, de forma geral, a presença heráldica nos arquivos de família, convirá formular outra pergunta concreta: qual o interesse e quais as formas de estudo de tal presença?

Antes de mais, e embora possa parecer uma afirmação tautológica, o património armoriado serve para a compreensão das insígnias em si próprias. Convém reiterar, neste sentido, a importância de ir além do ponto de vista costumeiro no estudo das armas, o qual consiste na análise da composição heráldica, do seu enquadramento normativo e, eventualmente, do seu significado simbólico. Como se

<sup>17</sup> PASTOUREAU, Michel – L'historien et les traités du blason (XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles). In HARMIGNIES, Roger (Ed.) – *Sources de l'Héraldique en Europe Occidentale. Bronnen Voor de Heraldiek in West-Europa. Actes du 4.<sup>e</sup> colloque international d'héraldique. Handelingen van het 4<sup>de</sup> internationale colloquium voor heraldiek*. Bruxelles – Brussel 6-10. V. 1985. Bruxelles – Brussel: Académie Internationale d'Héraldique / Archives Générales du Royaume – Algemeen Rijksarchief, 1985, pp. 129-131.

assinalou, para ultrapassar a visão tradicional, a heráldica ganha em ser entendida como cultura visual. O trabalho do heraldista consistirá então em analisar as formas de expressão das armas e deduzir os mecanismos de afirmação de uma identidade, de uma auto-representação e de uma actuação sobre a sociedade. Daí a utilidade de compreender e estudar as manifestações plásticas das armas como essência do fenómeno heráldico, ao arpejo da imagem por assim dizer transcendental das armas, tal como se construiu no Antigo Regime e perpassou no entendimento comum até aos nossos dias.

A análise da presença heráldica nos arquivos de família fornece, assim, elementos potencialmente significativos para entender as estratégias de afirmação identitária e de construção da memória das famílias. Para o conhecimento particular da história de uma linhagem, o levantamento da tipologia e da cronologia do património heráldico que foi sendo associado ao respectivo arquivo pode proporcionar dados interessantes. Não se trata apenas de fazer um levantamento deste género de presença, mas também de procurar escalonar a sua criação, o seu registo e a sua conservação em consonância com a imagem que a linhagem quis e logrou construir de si própria, tanto para efeitos de consolidação interna como de afirmação externa.

Mas o interesse do património heráldico nos arquivos de família pode ultrapassar o conhecimento individual. Na medida em que forem sendo realizados diversos estudos para casos particulares, eles poderão vir a ser comparados entre si, de modo a procurar extrair uma informação acerca do comportamento geral das linhagens em relação à valorização e conservação do seu património heráldico. O ideal seria, ao cabo, a prossecução de um estudo comparativo que permitisse traçar tais linhas de força, assinalando quer as similitudes, quer as divergências do comportamento das linhagens a esse respeito. Naturalmente, esse esforço seria impensável sem um trabalho conjunto da heráldica com a arquivística, em primeiro lugar, e em seguida com outros ramos do conhecimento histórico, com destaque para a genealogia, mas também para a história social, cultural e das mentalidades.

Por fim, de forma mais abrangente, a análise do património armoriado dos arquivos de família reveste-se de interesse para a compreensão da cultura heráldica portuguesa. Na verdade, encontra-se amplamente por conhecer a produção de armoriais e tratados de armaria em Portugal durante a Idade Moderna; as primeiras aproximações a um conhecimento alargado, baseadas apenas em consultas de arquivos e bibliotecas públicos, revelaram um universo tão vasto quão diversificado<sup>18</sup>. É de crer que a extensão desta análise aos arquivos de família contribua para o seu enriquecimento, principalmente em dois sentidos. Em primeiro lugar, para avaliar

---

<sup>18</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de – Qual pedra íman: a matéria heráldica na cultura portuguesa do Antigo Regime. *Lusitana*. Série II, n.º 7 (2010) pp. 359-413.

a difusão e a circulação das fontes heráldicas, permitindo ajuizar o peso que elas tiveram na formação da cultura da nobreza. Em segundo lugar, para fixar um *corpus* da produção heráldica portuguesa durante o Antigo Regime. Saliente-se, neste âmbito, a prossecução do projecto “A heráldica portuguesa (séculos XV-XVIII): uma cultura visual de representação social e política”<sup>19</sup>, cujo escopo principal consiste na elaboração de um roteiro das fontes heráldicas portuguesas, para o qual os arquivos de família podem vir a ter um contributo importante. Aqui fica, pois, um apelo de sensibilização para que os possuidores de tais arquivos dêem a conhecer e permitam estudar as fontes heráldicas aí conservadas. Para melhor compreensão do próprio arquivo, da história da respectiva família e, por fim, do fenómeno heráldico em Portugal.

---

<sup>19</sup> Projecto de pós-doutoramento conduzido pelo signatário no âmbito da bolsa FCT SFRH/BPD/69540/2010 e orientado por José Damião Rodrigues (CHAM-FCSH/UNL-UAç) e Maria de Lurdes Rosa (IEM/FCSH/UNL).